



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº566, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com o arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, informações sobre os custos da campanha "Brasil nos Trilhos".

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador Gladson Cameli

17 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 566, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com o arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, informações sobre os custos da campanha “Brasil nos Trilhos”*.



SF/17769.57250-93

Relator: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 566, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que requer que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, informações sobre os custos da campanha “Brasil nos Trilhos”.

No Requerimento, são apresentadas as seguintes questões específicas:

a) Como foi definida a linha da campanha “Brasil nos Trilhos”? Houve participação de quais pastas do Governo Federal na discussão sobre esse tema?

b) Qual empresa foi contratada pela SECOM [Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República] para realização da campanha “Brasil nos Trilhos”? Quanto a campanha custou aos cofres públicos? Quais rubricas foram ou serão utilizadas para efetuar o pagamento dessa campanha?

c) Qual a programação de aparições da campanha “Brasil nos Trilhos” na televisão aberta, no Brasil? Em quais horários a campanha passou/passará? Quanto custaram essas inserções específicas?

d) A inserção da peça de vídeo “Brasil nos Trilhos” no dia 9 de julho de 2010 [sic], horário noturno, na Rede Globo, custou quanto aos cofres públicos?

Na justificação do requerimento, o Senador Lindbergh Farias informa que a mencionada ação publicitária foi transmitida em rede de televisão aberta, em horário nobre, com custos altíssimos.

Pondera que, em momento de dificuldades orçamentárias, soa estranho o gasto governamental vultoso para produzir e veicular a campanha publicitária objeto do requerimento. Por essa razão, entende ser dever da Secretaria-Geral da Presidência da República informar ao Parlamento, bem como ao povo brasileiro, os custos e a justificativa para a realização dessa campanha.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 566, de 2017, está fundamentado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o envio de pedidos de informação aos Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Subsidiariamente, encontra suporte constitucional na atribuição do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, tarefa que requer amplo acesso aos dados pertinentes ao tema.

O inciso I do art. 216 do RISF indica que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora. O inciso II desse mesmo artigo, por sua vez, indica que esses requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija. Finalmente, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, regulamenta o art. 216 do RISF para dispor sobre a tramitação de requerimentos dessa natureza.

A alínea *a* do inciso I do art. 215 do RISF, por sua vez, determina que os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado Federal.

Zelar pela melhor alocação dos gastos público é papel constitucional do Parlamento. Nesse sentido, cabe aos Senadores fiscalizar gastos de campanhas publicitárias efetuados pelo Poder Executivo.

As informações solicitadas estão em conformidade com os dispositivos constitucionais e regimentais pertinentes e são oportunas para o exercício da função fiscalizadora do Senado Federal.

Cabe, tão somente, registrar a existência de erro material evidente na questão apresentada no item *d*, uma vez que a data correta é 9 de julho de 2017 e não 9 de julho de 2010.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 566, de 2017, retificando, em seu item *d*, a data para 9 de julho de 2017.

Sala das Reuniões,

, Presidente

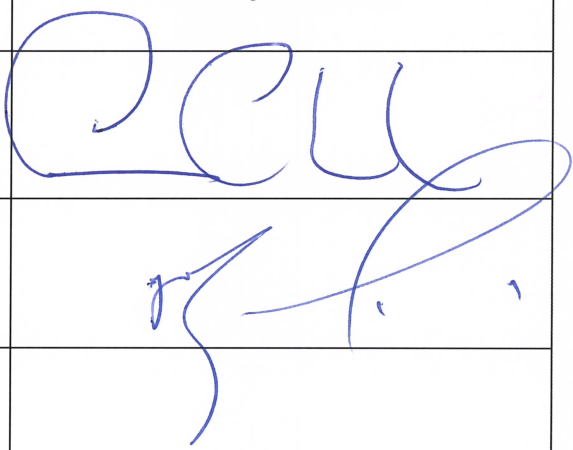
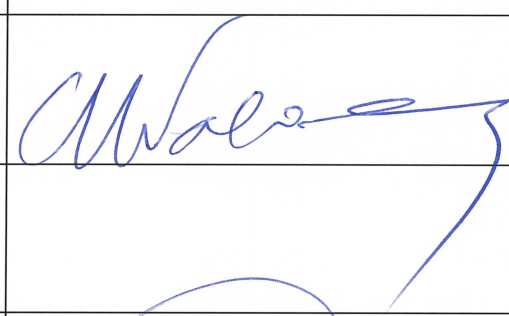
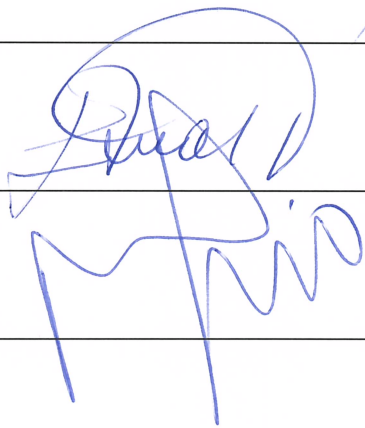
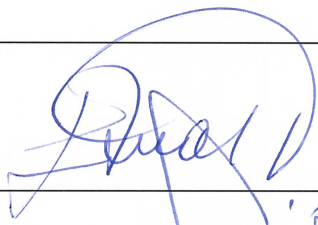
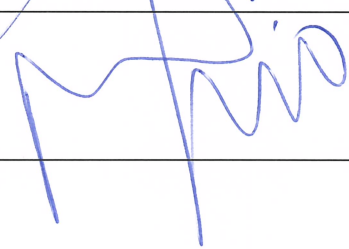
, Relator



SF/17769.57250-93

**1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO
FEDERAL - 2018**

17 de abril de 2018, às 11:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	

DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 566/2017)

EM SUA 1ª REUNIÃO, NO DIA 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora